

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.487 - SE (2019/0012820-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
RECORRIDO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO  
ADVOGADOS : ANDRÉ LUÍS PEREIRA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE004274  
LARAH PARAIZO DANTAS FONTES BARRETO

## DECISÃO

*TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. LEGALIDADE DO ESTABELECIMENTO, POR ATOS INFRALEGAIS, DE LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSTITUÍDO PELA LEI 10.522/2002. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS: TEMA 997 (RESPS 1.679.536/RN, 1.724.834/SC E 1.728.239/RS). RECONSIDERAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM. APÓS, PROSSEGUIR COM O FEITO NOS TERMOS DO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 5a. Região, assim ementado:

*TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAMENTO SIMPLIFICADO. LEI Nº 10.522,02. DEFERIMENTO COM BASE NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI ORDINÁRIA. PORTARIA CONJUNTA PCFN/RFB Nº 15 2009. IMPOSIÇÃO DE LIMITE DE VALOR A PARCELAR. INOVAÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL.*

1. *O parcelamento é uma opção do contribuinte para regularizar sua situação fiscal diante de uma concessão da Administração Fazendária. Em virtude do princípio da legalidade estrita em Direito Tributário, as condições para o parcelamento devem estar previamente estabelecidas em lei específica.*

2. *Observando o princípio da legalidade, bem como a hierarquia existente entre as normas, não é possível que um ato infralegal venha a restringir possibilidade contida por lei.*

3. *A Lei nº 10.522/2002 dispõe sobre parcelamento tributário c. no seu art. 14. estabelece os requisitos para*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*concessão do favor fiscal, mas sem determinar limites de valor a parcelar. De outra banda, o relendo diploma legal, no seu art. 14-F, estabelece a possibilidade de serem editados, pela RFB e pela PGN, os atos necessários à execução do parcelamento, os quais, por evidente, não podem extrapolar de seu poder regulamentar.*

4. *O art. 29 da Portaria Conjunta PGFN nº 15/09, que sofreu alteração pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 17 de 2014, proíbe o parcelamento de débitos que extrapolem, individual ou conjuntamente, o limite de R\$ 1.000.000,00. No entanto, tal matéria é conteúdo de lei ordinária, razão pela qual a aplicação da Portaria Conjunta da PCiFN nº 15/09 deve ser afastada, pois viola os princípios da reserva legal, da hierarquia das normas e da separação de poderes, sendo este entendimento assente nesta Corte.*

5. *"...Nos termos do art. 100. do Código Tributário Nacional, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares das leis, ou seja, são atos normativos secundários, atribuídos a Administração, a fim de regulamentar, sem alterar, os atos normativos primários, buscando sempre sua fiel execução. Dessa forma, não obstante o art. 14-F, da Lei 10.522, permita à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editar atos necessários à execução do parcelamento de que trata a lei, deve-se ter em mente que tais atos não podem inovar a ordem jurídica, estabelecendo condições que a lei não aclama, como fez o ora combatido art. 29. /parágrafo /. da Portaria Conjunta PGFN/ RFB de nº 15. de 2009, com redação atualizada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB de /nº 17 de 2014... " (PROCESSO: 08045420420164058500. APELREEX/SE, DF.SF M B A RG A DOR FF.DFRAI. FDH.SON NOBRF, 4ª Turma, JULGAMENTO: 25/05/2017)*

6. *Apelação com remessa oficial não provida.*

2. Em seu Apelo Nobre, a parte recorrente aponta contrariedade aos arts. 1.022 do Código Fux, art. 155-A do CTN e arts. 10 e 14-F da Lei 10.522/2002, defendendo a impossibilidade de inclusão em parcelamento simplificado de débitos superiores a R\$ 1.000.000,00.

3. É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

4. Verifica-se que a matéria versada no Apelo Nobre, qual seja, *legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002*, encontra-se afetada à Primeira Seção do STJ como representativa da controvérsia e aguarda julgamento: Tema 997 (REsp. 1.679.536/RN, 1.724.834/SC e 1.728.239/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN).

5. A admissão de Recurso Especial como representativo da controvérsia impõe o sobrestamento dos autos do processo em que foram interpostos recursos na origem, cuja matéria se identifique com o tema afetado, para que, uma vez concluído o julgamento nesta Corte, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.040 do Código Fux.

6. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos do art. 1.040 do Código Fux.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR